



Áreas Marinhas Protegidas: Um catalisador para a conservação marinha e para os direitos humanos em São Tomé e Príncipe

Ficha Informativa para Parlamentares

Campanha para a proteção dos oceanos
& Implementação do ODS 14

A URGÊNCIA DA PROTEÇÃO MARINHA

São Tomé e Príncipe, localizado no “hotspot” de biodiversidade marinha do Golfo da Guiné, é lar de um ecossistema rico que apoia os meios de subsistência e atenua os impactos da crise climática.

A 27 de setembro de 2025, São Tomé e Príncipe tornou-se o [primeiro país do mundo a ser totalmente designado como Reserva da Biosfera da UNESCO](#), após o reconhecimento prévio da Ilha do Príncipe em 2012. O arquipélago alberga também a maior taxa de espécies endémicas por quilómetro quadrado no planeta – o que significa que estas espécies não se encontram em mais nenhum outro lugar do mundo.

O país mantém uma profunda ligação ao oceano e aos seus recursos, sendo que 90% da população vive ao longo da costa. A pesca local é a segunda fonte de rendimento mais importante para as famílias com baixos rendimentos e mais de metade do consumo de proteínas do país provém do peixe.

No entanto, as pressões da sobrepesca, a degradação dos habitats e a crise climática estão a colocar uma enorme pressão sobre estes sistemas de suporte de vida e representam uma [séria ameaça para as comunidades piscatórias locais](#).

As Áreas Marinhas Protegidas, ou AMP,¹ servem como uma ferramenta eficiente para remediar estas ameaças alarmantes - restaurando a saúde marinha, protegendo os meios de subsistência e reforçando a resiliência à crise climática.

As AMP são áreas geográficas claramente demarcadas que são reconhecidas, dedicadas e geridas através de meios legais ou outros meios eficazes para alcançar a conservação a longo prazo da natureza com serviços ecossistémicos e valores culturais associados.

Os conjuntos interligados de AMP que trabalham para atingir objectivos que vão para além dos de uma única área, ou redes de AMP, são fundamentais para restabelecer a resiliência ecológica e social. Por exemplo, redes de AMP bem integradas podem aumentar a sobrevivência das espécies, ao permitir a sua mobilidade para escapar a pressões como a sobrepesca.

As AMP são reconhecidas tanto nos [Objectivos de Desenvolvimento Sustentável como no Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal](#) como uma ferramenta vital para alcançar a proteção de 30 por cento do oceano até 2030.

Este objetivo permite a existência de ecossistemas e espécies mais saudáveis, aumenta a atenuação da crise climática através da proteção dos habitats costeiros que armazenam dióxido de carbono, reduz o risco de fenómenos meteorológicos extremos no oceano, assegura meios de subsistência e recursos alimentares para todos, aumenta a abundância e a diversidade de espécies, cria refúgios seguros para espécies ameaçadas e assegura os benefícios económicos do oceano.

1. Parlamentares para a Ação Mundial (2022). *Ficha informativa para parlamentares: Áreas marinhas protegidas geridas de forma sustentável e alterações climáticas*. www.pgaction.org/pdf/2022/factsheet-sustainably-managed-MPAs_en.pdf

O PROCESSO DAS AMP EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Atualmente, cerca de [0,01%](#) das águas de São Tomé e Príncipe estão protegidas, sem qualquer designação formal de AMP. Espera-se, no entanto, que esta percentagem aumente significativamente devido a um esforço plurianual e multi-setorial para estabelecer as primeiras áreas marinhas protegidas oficiais do país.

[A partir de 2019](#), foram realizadas consultas com as comunidades locais, o sector privado, o governo e outras partes interessadas em cada ilha para informar a co-designação das AMP. Organizações da sociedade civil locais e internacionais e 41 comunidades pesqueiras locais lideraram este processo para garantir que as vozes de São Tomé e Príncipe estivessem na vanguarda desta iniciativa.

Ao longo dos anos seguintes, este processo resultou no acordo sobre sítios específicos de AMP e limites mais precisos (ver anexo).

Entre 2022 e 2024, foram apresentados projectos de decreto-lei para designar oficialmente estas AMP em cada ilha: seis

áreas em torno da ilha do Príncipe e duas áreas em torno da ilha de São Tomé.

Em 2022, a [Lei Nacional das Pescas e da Aquicultura](#) reconheceu as AMP como um mecanismo importante tanto para a proteção ambiental como para a gestão dos recursos marinhos.

Em novembro de 2024, representantes das comunidades piscatórias, funcionários do governo e outras partes interessadas [aprovaram](#) o primeiro plano de gestão das pescas do país, o [Plano Nacional das Pescas e Aquicultura \(PENPA\) 2024-2034](#), demonstrando o empenho de São Tomé e Príncipe na proteção marinha e na sustentabilidade socioeconómica das comunidades locais.

Na sequência de uma revisão jurídica exaustiva, os decretos-lei que estabelecem as AMP propostas foram aprovados pelo Conselho de Ministros em abril de 2025. É aguardada agora a assinatura do Presidente e a subsequente publicação no Diário da República.



SALVAGUARDANDO OS DIREITOS HUMANOS: AS ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS COMO PILARES DA RESILIÊNCIA AMBIENTAL, ECONÓMICA E SOCIAL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Se efetivamente implementadas, as AMP oferecem benefícios significativos que contribuem para a sustentabilidade ambiental, a estabilidade social e económica e a proteção dos direitos humanos:

Conservação da Biodiversidade

As AMP protegem as espécies e os ecossistemas que são cruciais para manter a saúde dos oceanos. Em São Tomé e Príncipe, que alberga muitas espécies únicas que não se encontram em mais lado nenhum do mundo, as AMP podem **salvaguardar espécies ameaçadas e contribuir para a preservação de habitats marinhos importantes.**

1

Melhoria da pesca

Ao permitirem a reconstituição das unidades populacionais de peixes, as AMP conduzem ao aumento da biomassa e à melhoria das populações de peixes nas águas circundantes. Isto tem **benefícios diretos para os pescadores locais e para as comunidades costeiras** de São Tomé e Príncipe, onde a pressão da pesca tem afetado a abundância e o tamanho dos peixes.

2

Mitigação e resiliência climática

As AMP aumentam a resiliência dos ecossistemas, nomeadamente através da preservação dos ecossistemas costeiros, como os mangais e as pradarias marinhas, que desempenham um **papel fundamental no armazenamento de carbono e atenuam os fenómenos meteorológicos extremos.**

3

Turismo e Lazer

As AMP contribuem para o crescimento do turismo sustentável, **proporcionando benefício económico a longo prazo às comunidades costeiras.** A beleza natural e a biodiversidade do ambiente marinho de São Tomé e Príncipe continuam a reforçar o potencial de ecoturismo do país. As AMP criam oportunidades sustentáveis para apoiar as economias locais, preservando simultaneamente os vibrantes recifes de coral e as praias imaculadas.

4

Proteção do património cultural e natural

As AMP protegem o património cultural marinho, incluindo as práticas tradicionais de pesca e os marcos naturais, preservando a história e as tradições das comunidades costeiras de São Tomé e Príncipe. Muitas **zonas costeiras têm um valor cultural significativo** e as AMP ajudam a salvaguardar estes espaços para as gerações futuras.

5

Modelos de governação justa e aberta

As AMP podem servir de modelo para processos de decisão inclusivos e transparentes e podem reconhecer os direitos das comunidades locais e das partes interessadas, ajudando a partilhar os benefícios e a reduzir os conflitos sobre os recursos marinhos. Em São Tomé e Príncipe, a **liderança das comunidades locais estabeleceu um sistema de cooperação para uma gestão eficiente destas AMP.**

6

Igualdade de género

O sector das pescas é um sector altamente discriminatório em termos de género, sendo as mulheres geralmente responsáveis pelas fases pós-captura do processo da cadeia de abastecimento. **As AMP oferecem oportunidades de subsistência e de capacitação económica**, mas a integração das mulheres noutros sectores económicos continua a ser um desafio.

7

Compromissos internacionais

Os compromissos internacionais de São Tomé e Príncipe incluem os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e o Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, que visa **proteger o oceano e os seus recursos para todas as pessoas das gerações presentes e futuras.**

8



O PAPEL DOS PARLAMENTARES EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Os deputados são essenciais para traduzir os compromissos de conservação em acções e estão numa posição única para fazer avançar tanto a proteção dos direitos humanos como a conservação dos oceanos através da implementação efectiva e da expansão das Áreas Marinhas Protegidas:

Reforçar a priorização das AMP como prioridade transversal

Assegurar que a meta de atingir 30 por cento de proteção até 2030 está na agenda do seu Parlamento, levantando a questão da eficácia das AMP junto dos seus pares e do governo através de perguntas parlamentares e/ou em discussões nacionais e regionais, incluindo nas discussões sobre alocação orçamental.

1

Adoção e reforço de quadros jurídicos

Apoiar uma legislação sólida sobre as AMP que estabeleça objectivos claros e faça parte de um quadro político mais vasto e integrado para garantir a utilização sustentável dos recursos marinhos, juntamente com uma governação forte, a cogestão e mecanismos de aplicação eficazes.

2

Defender os objectivos em matéria de clima e biodiversidade

Integrar as AMP em iniciativas mais amplas de política climática e de desenvolvimento e apoiar o envolvimento do seu país em fóruns internacionais para atingir a meta de 30 por cento de AMP até 2030.

3

Promover o diálogo inclusivo

Facilitar a participação das comunidades costeiras, das mulheres e dos jovens no planeamento, execução e cogestão das AMP.

4

Promover a colaboração regional

Envolver-se em plataformas que promovam a cooperação regional e a governação marinha harmonizada em todo o Golfo da Guiné.

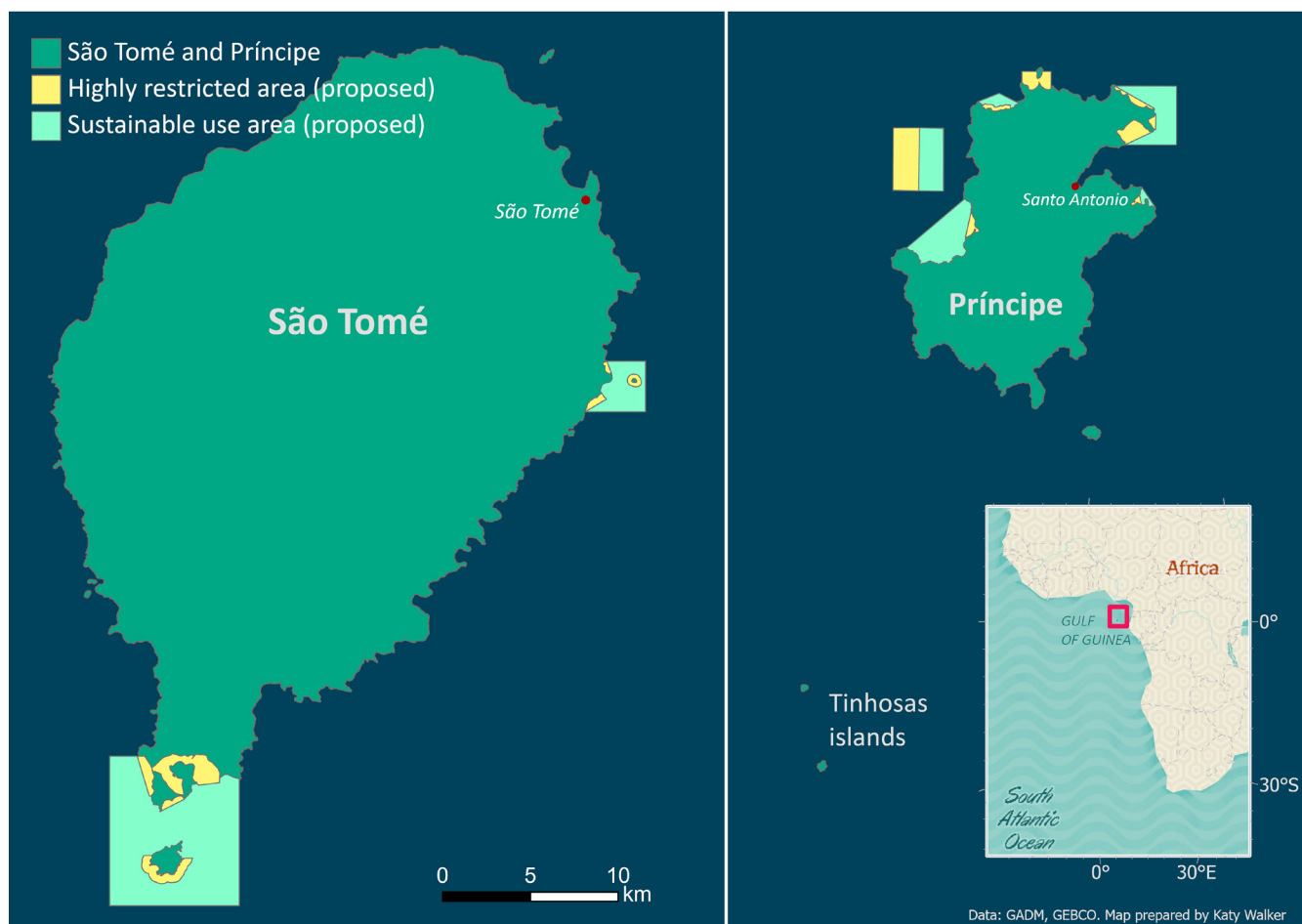
5

Educar e Mobilizar

Sensibilizar os pares, os constituintes e a sociedade civil para a importância da conservação marinha e o valor das AMP para os direitos humanos, a resiliência climática, a segurança alimentar e a sustentabilidade a longo prazo.

6

ANEXO: ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS PROPOSTAS



CRÉDITOS DA IMAGEM:

Página de rosto: “[Marine Turtle Príncipe Island](#)” por [António D Abreu](#) está licenciado sob [CC BY-SA 4.0](#) / Recortado do original

p3: “[Sao Tome & Principe, fishermen’s beach launch area](#)” por [Bdickerson](#) está licenciado sob [CC BY-SA 3.0](#) / Recortado do original

p5: “[Praia de Coco on Bom Bom Island - Sao Tome and Principe](#)” by [David Stanley from Nanaimo, Canada](#) is licensed under [CC BY 2.0](#) / Recortado do original

p7: Dados: GADM, GEBCO. Mapa elaborado por Katy Walker.

CONTACT

Contacte o Secretariado da PGA para obter apoio técnico e/ou recursos:

Faatimah Saarah Monawvil

Diretora, Programa de Direitos Humanos e Ambiente

Saarah.Monawvil@pgaction.org

Ana Filipa Vilalva Repas

Associada de Programa, Programa de Direitos Humanos e Ambiente

ana.repas@pgaction.org

Visite a nossa página web: www.pgaction.org/hre/oceans.html